

O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA NORMAL DE ARTES E OFÍCIOS WENCESLAU BRAZ

Tereza Fachada Levy Cardoso (D.H)
CEFET-RJ
tereza@levycardoso.com.br

Este trabalho tem o objetivo principal de resgatar o importante papel social desempenhado pela Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, experiência única no Brasil entre 1918 e 1937, período em que deteve o título de escola normal para formar professores habilitados a lecionarem nas escolas de aprendizes e artífices.

Pretende-se, ainda, fornecer subsídios para a história do ensino técnico no Brasil, através do estudo da referida Escola, especialmente em relação à inserção da mulher no mercado de trabalho.

O ensino técnico com a República

No final do século XIX, a Abolição da Escravidão (1888), o advento da República (1889) e a chegada de imigrantes, criaram novas condições econômicas no país. O novo governo republicano tomou algumas medidas para incrementar o pagamento da mão-de-obra livre, incentivando o crédito e promovendo farta emissão de papel-moeda, através da política do “Encilhamento”. Os fazendeiros de café, por sua vez, passaram a comprar máquinas e a deslocar para a indústria boa parte da riqueza que suas terras produziam. Assim, a farta mão-de-obra imigrante que afluía para as grandes cidades, as facilidades de crédito, a produção local de algodão, matéria-prima para a indústria têxtil, e a modernização dos transportes deram impulso definitivo à concentração industrial.

Apesar de contar com o maior mercado urbano do país e da proximidade estratégica do governo federal, a indústria carioca, protagonista do primeiro surto industrial do século XIX, vai perdendo lentamente sua vantagem para São Paulo, que modernizou mais sua

indústria e também exportou mais que o restante do país. Entretanto, o Distrito Federal se manteve, durante toda a Primeira República, na posição de segundo pólo industrial.¹

As manufaturas caseiras proliferavam na primeira década do século XX, ao mesmo tempo em que se formavam grandes impérios industriais. Os operários, aos poucos, iam substituindo o trabalho dos artesãos, assim como a mecanização industrial também o faria. E como as condições de vida e trabalho eram miseráveis, os operários procuravam organizar-se. As greves eram freqüentes, incomodando os grupos políticos no poder.

Portanto, a conjuntura histórica no Brasil da República Velha favorecia a expansão do ensino profissional, que poderia atender às aspirações de duas correntes distintas, como assinalou Luiz Antonio Cunha: para a ideologia conservadora, seria “*um antídoto*” contra a disseminação de “*idéias exóticas*” entre o operariado brasileiro, ou seja, seria um instrumento de controle social. Para a ideologia progressista, industrialista, propiciaria o “*desenvolvimento de forças produtivas*”, além de propagar os valores atribuídos à indústria tais como “*progresso, emancipação econômica, independência política, democracia e civilização.*”²

Por outro lado, a concepção do ensino de ofícios como solução para a manutenção da ordem, já existia desde o século XIX. O surto de urbanização, a discussão sobre o voto do alfabetizado e o problema dos africanos livres e dos “ingênuos”, eram questões que repercutiam na sociedade brasileira desde a década de 70 do século XIX, e que contribuíram para “*a ampliação da rede de escolas elementares, profissionalizantes e noturnas, fossem elas subvencionadas pelo poder público, pela iniciativa particular ou*

¹ CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. SP:T.A.Queiroz, 1983

² Cf. CUNHA, Luiz Antonio C. R. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, no.14, mai/ago 2000,p. 94

promovidas por entidades filantrópicas e religiosas".³ O caráter assistencialista era uma característica marcante de tais iniciativas.

Entretanto, a falta de mestres de ofícios especializados e de professores qualificados eram um entrave ao desenvolvimento do ensino profissional e foram fatores que influenciaram diretamente o poder público a recrutar professores do ensino primário para atuar na rede, solução que não produziu resultados satisfatórios, tendo em vista que esses professores não possuíam habilitação necessária para atuar nesse tipo de ensino. Quanto aos mestres de ofícios provenientes das fábricas e das oficinas, faltava-lhes o conhecimento suficiente para atender aos requisitos de base teórica, que eram demandados pelos cursos oferecidos. Assim sendo, a aprendizagem ficava restrita apenas ao conhecimento empírico.

Além disso, a formação para o trabalho desenvolvido nas oficinas escolares, era em geral ligada ao adestramento para técnicas manuais, e mais raramente, mecânicas. A necessidade de uma base teórico-científica era dispensada na formação da mão-de-obra, cuja formação profissional era de nível primário e subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Assim, apesar de predominar ainda, de forma geral no Brasil das primeiras décadas do século XX a escola "livresca", uma nova relação se estabelece entre educação, sociedade e tecnologia, passando a incluir o mundo do trabalho na escola, em um movimento de ampliação da educação escolar, paralelo ao progresso industrial e ao desenvolvimento da nova aprendizagem profissional.

O Presidente da República, Nilo Peçanha, foi um dos responsáveis pela ampliação do ensino técnico, ao baixar o decreto 7566, de 23 de setembro de 1909, criando 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada estado, as quais foram inauguradas em 1910, formando uma rede federal de escolas técnicas que vinha somar-se às escolas já

³ VILLELA, Heloísa. O Mestre-Escola e a Professora. In: *500 anos de Educação no Brasil*. BH: Autêntica, 2000, p.106

existentes, de iniciativa privada ou aquelas patrocinadas pelo poder municipal.⁴ Os motivos apresentados no citado decreto, que levaram o presidente da República a promulgá-lo foram:

- 1- aumento constante da população das cidades;
- 2- facilitar às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;
- 3- habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual;
- 4- fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo;
- 5- afastá-los da ociosidade, vício e crime;
- 6- formar cidadãos úteis à nação.

Como se percebe por este documento, muito mais do que a preocupação em qualificar uma mão-de-obra necessária para atividades industriais, existia a preocupação em proteger a sociedade contra a desordem, ocupando e “civilizando” os desocupados e ociosos, as crianças abandonadas, ou seja, os “desfavorecidos da fortuna”.⁵

A Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz

Para qualificar profissionais que atendessem à expansão do ensino profissional, foi criada, pelo Decreto 1880, de 11 de agosto de 1917, no Distrito Federal, numa parceria entre o governo da União e o da Prefeitura do Distrito Federal, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, que desempenhou um importante papel social, especialmente através das oficinas femininas, que se destacaram, não apenas por seu pioneirismo e

⁴ FONSECA, Celso Suckow da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. RJ: SENAI/DN/DPEA, 1986, v.4

⁵ Esse tema já foi aprofundado em CARDOSO, Tereza Fachada Levy. *A Formação Docente na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz (1917-1937)*. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*. RJ: SBHE, 2000, CD ROM.

visibilidade nacional, mas também por acompanharem o novo tipo de inclusão da mulher na vida urbana.

Inaugurada em 9 de novembro de 1918, o início efetivo dos cursos deu-se a 11 de agosto de 1919, ano, aliás, em que a sua gestão foi transferida inteiramente para o governo federal, que a manteve até 11 de junho de 1937, quando a Escola foi fechada e demolida, para dar lugar a um novo tipo de estabelecimento de ensino profissional: a Escola Técnica Nacional.

A Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz oferecia basicamente dois cursos: o Curso Técnico Profissional, freqüentado por alunos e o Curso de Trabalhos Manuais, predominantemente formado por alunas. A escola foi sempre mista, com alunos e alunas desde o início de suas atividades, mas o número de alunas foi sempre maior que o de alunos. De modo geral a freqüência escolar foi bem alta ao longo de toda a trajetória da instituição, sendo os índices superiores a 85% em todos os relatórios já pesquisados, desde 1920 até meados da década de 30, o que sinaliza, a princípio, que não havia uma evasão escolar significativa.

As oficinas femininas incluíam o Curso de Trabalhos Manuais e as oficinas de modas, economia doméstica, de flores, de chapéus, de bordados e costura. Além de formar docentes nestas especialidades, a Escola também estimulava que as oficinas produzissem diversos artigos, que eram expostos e vendidos em Feiras de Amostras realizadas na Escola, revertendo a renda para a própria Instituição.

No começo do século XX, praticamente as únicas mulheres que se dedicavam ao trabalho extradoméstico eram as operárias. Aliás, a imagem que nos anos 10 se faz da mulher ainda está associada à idéia de fragilidade física e mental, que era reforçada pela imprensa e pela propaganda. Entretanto, a inflação e o aumento do custo de vida, a famosa “carestia dos anos 10”, que motivou greves e manifestações populares, acabaram transformando também a “rainha do lar” em assalariada. Mulheres da pequena classe média

começaram a trabalhar nas novas profissões que o acelerado desenvolvimento urbano vai demandando: surgiam telefonistas, datilógrafas, secretárias, enfermeiras, balconistas.

O lugar da mulher na sociedade estava mudando, e não apenas devido ao crescimento urbano, mas também por causa dos meios de comunicação, como o cinema, que trazia novos padrões de comportamento, como o surgimento de revistas femininas que não circunscreveram suas páginas ao lar, como por exemplo, a Revista Feminina, editada a partir de 1914, ou a Revista da Semana, de grande público. Também contribuiu para a mulher ganhar espaço o rádio, fundado no Rio de Janeiro por Roquete Pinto em 1923, com a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.⁶

Novos espaços sociais e profissionais eram conquistados pelo “sexo frágil”, apesar das resistências encontradas. A reação a tanta liberdade, nesta época de transição, pode ser encontrada, por exemplo, na imprensa, advertindo para o perigo da liberação feminina e apresentando “teorias científicas”, evolucionistas, que comprovam o “verdadeiro papel do sexo frágil”.

Mas pelo menos em relação à Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, essa tarefa foi facilitada pela acolhida que as alunas lá encontraram. Existia a preocupação da direção da escola, expressa nos relatórios enviados ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, com a sua inserção no universo técnico formador de mão-de-obra, para onde estavam voltados os seus cursos, com exceção apenas do curso comercial, que atendia também a outras necessidades e era muito procurado por alunos de ambos os sexos.⁷

A predominância feminina no corpo discente se deveu a fatores externos à Escola, que seus dirigentes souberam compreender. E também observou-se que sempre houve

⁶ PEREIRA, Flaminio Fantini. O Sexo Frágil e o “Sportsman”. In: *Nosso Século – Brasil*. SP: Abril Cultural, 1985, v.4, p.121 a 136

⁷ Cf. Arquivo do CEFET-RJ, Fundo Wenceslau Braz, cx.110.1.1

preocupação em formar bons profissionais, apesar de todas as dificuldades materiais ou administrativas pelas quais a Escola passou ao longo de seus 18 anos de existência efetiva.

Mas se a Escola objetivava, por um lado, formar um professor com capacidade de reflexão e uma certa autonomia, por outro lado o conforma ao que a sociedade *lhe oferecer*. Ou seja, preparar o professor que vai atuar tanto nas Escolas profissionais como no ensino primário, dentro *do pensamento e da ação* mais conveniente socialmente às classes dirigentes.

A partir dos anos 30 e da Revolução que colocou no poder novos personagens da cena política brasileira, o ensino profissional técnico passa a merecer uma atenção maior. Com a reorganização administrativa do Estado brasileiro e a extinção do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, passou a vincular-se ao recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública, o que significou também um novo espaço político-social, agora ao lado da Educação, embora no interior da estrutura do novo Ministério, ainda persistisse a separação entre “ensino técnico profissional” e “ensino” em geral.

A industrialização brasileira deslanchada durante a Era Vargas inseria-se num modelo econômico capitalista, de forte apelo nacionalista, interessado em incorporar setores populares, de maneira controlada, para ampliar o seu mercado de consumo, o que exigia trabalhadores à altura do desafio de transformar o Brasil num país moderno.

A educação profissional passa a ser necessária para o projeto traçado pelo capital industrial. Para atender tais objetivos é que a formação e a qualificação da mão-de-obra brasileira, especialmente aquela ligada às atividades industriais, mais uma vez precisa ser reavaliada. Como a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, nos moldes em que vinha operando, não atendia satisfatoriamente a essas novas expectativas, o governo federal concluiu pelo seu fechamento, em 1937, atitude que precisa ainda ser melhor estudada e analisada. Derrubado o seu prédio, construíram no mesmo local a Escola Técnica Nacional.